

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº , DE 2011 (Do Sr. Vanderlei Macris)

Requer que seja convocado o Sr. Paulo Sérgio Oliveira Passos, Ministro de Estado dos Transportes para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre as possíveis irregularidades praticadas no âmbito do Ministério dos Transportes, bem como sobre as medidas adotadas para saná-las e para reduzir os custos de obras e serviços relativos às rodovias brasileiras.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa. com base no art. 50 da Constituição Federal e nos termos do art. 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para convocar o Sr. Paulo Sérgio Oliveira Passos, Ministro de Estado dos Transportes, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre as possíveis irregularidades praticadas no âmbito do Ministério dos Transportes, bem como sobre as medidas adotadas para saná-las e para reduzir os custos de obras e serviços relativos às rodovias brasileiras.

JUSTIFICAÇÃO

Denúncias publicadas pela imprensa nacional que dão conta de aumentos frequentes e desarrazoados nos custos de obras públicas, notadamente rodovia e ferrovias, descontrole nos aditivos contratuais realizados em contratos firmados com empreiteiras, entre outras irregularidades envolvendo contratos e verbas públicas no Ministério dos Transportes.

As denúncias divulgadas acabaram por levar ao afastamento de quase todos representados, bem como do próprio Ministro Alfredo Nascimento, que deixou o Ministério por conta dos fatos acima indicados.

O Ministério dos Transportes divulgou em seu portal, a seguinte Nota:

“ESCLARECIMENTO

Brasília, 5 de julho de 2011.

O Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Nascimento, expediu ofício ao diretor-geral em substituição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, José Sadok de Sá, e ao diretor-presidente interino da Valec, Antônio Felipe Sanchez Costa, determinando, **“cautelarmente, a suspensão de todos os procedimentos licitatórios de projetos, obras e serviços de engenharia em curso, bem como de aditivos com impacto financeiro, pelo prazo de trinta dias, ressalvados aqueles que, previamente autorizados pela Secretaria Executiva desta Pasta, sejam de caráter inadiável, cuja paralisação possa comprometer a segurança de pessoas e o patrimônio da União”**.

O Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, informa ainda que aceitou o convite para participar de audiência no Senado, na Comissão de Serviços de Infraestrutura e na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, onde prestará esclarecimentos sobre a atuação do Ministério dos Transportes. O encontro acontecerá na próxima terça-feira (dia 12).”

Em seu lugar, foi nomeado Ministro dos Transportes, o Sr. Paulo Sérgio de Oliveira Passos, funcionário da referida pasta desde 1973 e Secretário Executivo desde fevereiro de 2011. Como seu antecessor, Sr. Paulo Passo é filiado ao Partido da República e há anos faz parte da cúpula do Ministério dos Transportes. Chegou a assumir interinamente o cargo de Ministro de Estado dos Transportes, entre março de 2006 e março de 2007, quando do afastamento temporário do então Ministro.

O currículo do Sr. Paulo Sérgio de Oliveira Passos está disponível no próprio sítio virtual da referida pasta:

No Ministério dos Transportes:

Assessor e Coordenador da Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação da Programação (1973/1980)

Assessor e Coordenador da Coordenadoria de Programação Orçamentária (1980/1986)

Secretário de Programação Financeira e Orçamento (1986/1990)

Secretário Executivo (dez/2001 – jan/2003)

Secretário de Desenvolvimento (jan/2003 – jun/2003)
Secretário de Gestão dos Programas de Transportes (jun/2003 – abr/2004)
Secretário Executivo (abr/2004 – março/2006)
Ministro de Estado dos Transportes (março/2006 – março/2007)
Secretário Executivo (abril/2007 – 31/03/2010)
Ministro de Estado dos Transportes (31/03/2010 - 31/12/2010)
Secretário Executivo (fev/2011 até 11/07/2011)

Como se percebe, o “novo” Ministro já fazia parte dos quadros do Ministério dos Transportes e compõe o mesmo grupo político envolvido nas denúncias de irregularidades em obras e licitações de estradas e ferrovias.

Ademais, como declarou publicamente o sr. Luiz Pagot, diretor afastado do Dnit, em audiência pública no Senado Federal, todas decisões do Dnit eram tomadas com a participação do colegiado do órgão, que contava com a participação do sr. Paulo Passos, hoje Ministro dos Transportes.

A propósito, vale trazer à baila notícia publicada pelo jornal Folha de São Paulo, quanto às declarações do Sr. Luiz Pagot, no Senado Federal:

12/07/2011 - 13h20 – na Folha Online

Dilma questionou preços de obras e nunca foi omissa, diz Pagot

MÁRCIO FALCÃO
ANDREZA MATAIS
CATIA SEABRA
DE BRASÍLIA

Após quase quatro horas de depoimento, o diretor afastado do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), Luiz Pagot, afirmou que a presidente Dilma Rousseff "não foi omissa em momento nenhum".

Dilma era ministra da Casa Civil no governo Lula e principal gerente do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que tem boa parte das obras ligadas ao setor de transportes.

Pagot afirmou que no tempo de ministra, a presidente chegou a questionar os preços das obras. "A ministra da Casa Civil foi designada pelo presidente Lula para fazer o gerenciamento do Comitê do PAC. Ela comandava com outros ministros que dividiam as responsabilidades em cada área. Além do ministro coordenador da área, todos os órgãos de licenciamento [estavam envolvidos], então, obviamente, lá atrás, ela, como coordenadora, questionou a questão do valor das obras."

E completou: "A presidente Dilma sempre agiu e interagiu com os ministros com cobrança, determinação e exigiu aos ministros. Ela não foi omissa em momento nenhum".

Pagot reconheceu que Dilma já na Presidência fez uma reunião com a cúpula dos Transportes para reclamar dos valores. Ele disse que não estranhou a cobrança e rebateu os pontos levantados pela presidente.

"Obviamente, como fazia bastante tempo que a própria presidente não comparecia a uma reunião daquele tamanho que foi feita, eu não me surpreendi de ela ter se admirado que algumas obras estavam com o escopo bem superior aos registros iniciais que constavam nos balanços do PAC."

ESTRATÉGIA

Pagot usou como estratégia de defesa mostrar que não tomava decisões isoladamente. Por duas vezes, ele fez questão de citar que o novo ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, fazia parte do comitê gestor do órgão e tinha poder de veto na tomada de decisões, assim como outros ministros da área econômica e da chamada cozinha do Planalto. O diretor disse, no entanto, que nunca recebeu nenhum pedido do ministro Paulo Bernardo (Comunicações), que controlava o Planejamento na gestão Lula.

Aos senadores, Pagot disse que o órgão é "extremamente fiscalizado, extremamente controlado" e que todas as obras foram aprovadas por unanimidade pela cúpula do órgão.

Ele lembrou que Passos, que era secretário-executivo da pasta, assumiu o comando do ministério duas vezes entre 2006 e 2010, quando o ex-ministro Alfredo Nascimento se afastou do cargo para disputar eleições. Nascimento deixou o cargo na semana passada após as denúncias de superfaturamento e pagamento de propina.

"A relação sempre foi de companheirismo e auxílio total em todas as reuniões. Alfredo e Paulo Sérgio se alternaram no período que estou lá. Passos é quarta vez que assume. Eu só estou lá desde outubro de 2007. Pequei varias vezes, ele [Passos] como ministro e também executivo", disse após ser questionado pelo senador Aloysio Nunes (PSDB-SP).

Ele ainda envolveu o petista Hideraldo Caron, diretor de Infraestrutura Rodoviária do Dnit, afirmando que também tinha participação nas decisões do órgão. O diretor afirmou ainda que alertou os superintendentes que se tivessem problemas com agentes políticos que ele lhes daria respaldo. Pagot disse que foi reprimido por isso. Ele não disse que problemas eram esses.

Sobre Paulo Bernardo, Pagot, que em conversas com parlamentares do PR disse que fez aditivos em muitos contratos a pedido dele, disse que não recebeu nenhuma exigência.

"Não tem uma palavra dita sobre mim sobre Paulo Bernardo. Isso é factoide [envolvimento dele]. Nunca exigiu nem pediu nada. A própria obra da base dele, em Maringá, quem falava era o prefeito."

Pagot disse não acreditar que o órgão esteja descontrolado.

Inicialmente, Pagot fez uma exposição de 40 minutos aos senadores e só citou as acusações de superfaturamento e pagamento de propina no início ao negar a procedência do esquema. "Quero refutar todas as acusações que são feitas a minha pessoa. Vim fazer uma defesa do Dnit."

Na tentativa de garantir o acompanhamento das ações do órgão, Pagot disse que há uma série de auditorias, não só internas, mas também da CGU (Controladoria-Geral da União) e do TCU (Tribunal de Contas da União). A estratégia é mostrar que órgão não segue sozinho na tomada de decisões.

"Na auditoria interna são mais de 40 processos, a CGU abre em média mais de 300 e o TCU tem mais de 50 processos. Essa é uma rede de controle que ainda une a Polícia Federal, o Ministério Público e o TCU que não vão fazer mais uma auditoria, mas uma investigação. O Dnit é um órgão extremamente fiscalizado, extremamente controlado."

Pagot ainda lançou mão de números para mostrar a eficiência do órgão. Ele afirmou que levantamento de 2010 mostra que 35% das rodovias do país estão em bom estado, 50% em estado satisfatório e 25% em insatisfatório (Pará, Bahia e Ceará).

O diretor ainda disse que, na sua gestão, o Dnit diminui os problemas de licitações. "Quando entrei tinha graves problemas nas licitações, eram intermináveis, os editais eram dispare, cada obra tinha um. Discutimos com TCU e com o núcleo para criação de edital padrão. Saímos de 12 meses para quatro meses no processo licitatório, isso contribuiu para que varias obras do PAC estejam em finalização."

FÉRIAS

Em sinal de que pretende continuar no órgão, Pagot disse que está de férias. Com as denúncias, o Planalto tinha decidido que ele seria afastado

até os esclarecimentos do esquema de corrupção no órgão. O governo já avisou que ele será exonerado do cargo na volta das férias.

No meio de sua fala aos senadores, Pagot foi interrompido pelo líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias (PR), que o cobrou sobre as denúncias.

"Já perdemos o bom tempo ouvindo exposição sobre a organização do Dnit. A oportunidade sobre essa exposição já se foi há muito tempo. O senhor está aqui para falar sobre as preocupações que permeiam os brasileiros sobre a aplicação dos recursos do Dnit."

O líder do PT, Humberto Costa (PE), fez uma defesa discreta, pedindo que deixassem Pagot continuar sua exposição. Ainda não houve nenhum debate acalorado na reunião, mas as principais lideranças de governo e oposição acompanham o depoimento nas comissões de Infraestrutura e Meio Ambiente, Fiscalização e Controle. A reunião é transmitida pela TV Senado."

Os trechos do depoimento do Sr. Luiz Pagot deixam evidente a possível participação do Sr. Paulo Passos no âmbito das negociações e tratativas levadas a cabo no âmbito daquele Ministério.

Diante do exposto, a convocação que ora requeremos é fundamental para o esclarecimento dos fatos, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em de julho de 2011.

**Vanderlei Macris
PSDB-SP**